

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.ª SL**

Aos 29 dias do mês de setembro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na(o) Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**Formato misto (presencial + videoconferência)**

1. *Audição, por videoconferência, da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. «Sobre a falta de médicos de família, em especial na região LVT, e a incapacidade para solucionar este problema», a requerimento do BE;*
2. *Informações;*
3. *Aprovação da ata n.º 86 de 15 de setembro de 2021;*
4. *Admissão e distribuição da Petição n.º 274/XIV/2.ª - «Pelo uso do spray nasal anti-Covid em humanos»; Petição n.º 279/XIV/2.ª - «Sim à comercialização e à comparticipação de medicamento anti-epilético» e Petição n.º 280/XIV/2.ª - «COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens»;*
5. *Outros assuntos.*

- 
1. Audição, por videoconferência, da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. «Sobre a falta de médicos de família, em especial na região LVT, e a incapacidade para solucionar este problema», a requerimento do BE;

A Presidente cumprimentou e agradeceu a presença do Dr. Vítor Herdeiro, Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, da Dra. Sandra Brás e do Dr. Tiago Gonçalves, Vogais do Conselho Diretivo. O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, expondo em suma as razões da apresentação do mesmo, frisando o aumento do número de utentes sem médico de família e as vagas que ficaram por ocupar no último concurso para a especialidade de Medicina Geral e Familiar (MGF) na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT). Deu nota ainda que a estratégia de contratação, que passa por reduzir vagas noutras regiões para levar os médicos a vir para a região de LVT não tem



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.º SL**

funcionado, tendo perguntado sobre os números de vagas para contratação noutras regiões de saúde e sobre o aumento de vagas para internato e da capacidade formativa na região LVT.

O Dr. Vítor Herdeiro respondeu começando por referir que o Ministério da Saúde tem apostado no reforço da contratação e que a região LVT tem aumentado a sua capacidade formativa, tendo apresentado dados que refletem esses aumentos, apresentando ainda dados sobre as colocações em áreas carenciadas e notando ainda o aumento do número das consultas médicas presenciais. O Dr. Tiago Gonçalves forneceu dados sobre as vagas disponíveis na ARS Norte e Centro, tendo referido que o número de vagas requeridas foi inferior ao número de médicos. Mais esclareceu que o concurso atende a diversos fatores, no que concerne à elaboração do mapa de vagas, salientando que o mapa de vagas para especialidade de 2021 ainda não está fechado. A Deputada Susana Amador começou por referir que esta é uma matéria que tem vindo a registar avanços apreciáveis, notando os investimentos feitos a nível material e de recursos, perguntando sobre o ponto de situação do concurso para assistente graduado, as expectativas de cooperação com as autarquias locais, sobre as normas de incentivo à colocação de médicos em zonas carenciadas, constantes do Orçamento do Estado e sobre a utilização da tecnologia como ferramenta para aumentar a produtividade.

O Deputado Ricardo Batista Leite salientou o retrocesso no acesso das pessoas a um médico de família, lembrando a evolução dos números neste campo, registando ainda que mais de metade das vagas na região LVT não foram preenchidas no último concurso, tendo colocado questões sobre os dados respeitantes à aposentação de médicos, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde e as medidas de cobertura que garantam que os utentes sem médico de família a eles tenham acesso. A Deputada Paula Santos declarou estar-se perante um problema que tarda em ser resolvido e que os atuais números são expressivos, frisando a necessidade de fixar médicos, em particular nas zonas carenciadas da região LVT e fornecer condições de trabalho, de progressão na carreira e estímulos para aumentar a atratividade e fomentar a fixação de médicos ao nível dos cuidados de saúde primários, e apostar na formação dos profissionais de saúde, questionando sobre as medidas para solucionar estas dificuldades, e sobre o saldo negativo de entradas e saídas de médicos.

A Deputada Ana Rita Bessa de nota dos problemas a nível da oferta de cuidados de saúde e questionou sobre as soluções para resolver a questão das vagas por preencher,



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.ª SL

os estímulos necessários para atrair médicos e sobre a segunda fase do concurso em análise.

O Dr. Tiago Gonçalves respondeu dizendo ser importante desmistificar a perceção entre os números e a realidade, registando que a taxa de retenção de profissionais de MGF é significativa, apresentando de seguida números sobre a formação e contratação de médicos de MGF na região LVT entre os anos de 2016 e 2021, fornecendo igualmente dados quanto à ocupação de vagas e sobre o número de aposentações projetadas. Referiu ainda ser fundamental ter condições de trabalho adequadas para atrair mais médicos, estando a ser feito um levantamento das necessidades junto das competentes entidades, notando ainda que o Plano de Recuperação e Resiliência contempla uma aposta na reforma dos cuidados de saúde primários, com reforço da descentralização, pelo que é essencial a coordenação com as autarquias. O Dr. Vítor Herdeiro referiu que a inovação e a tecnologia são decisivas e irão moldar o futuro da prestação dos cuidados de saúde, referindo também que os estímulos e incentivos para aumentar a atratividade da profissão é um trabalho que tem de ser feito em conjunto com a tutela.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Amador, Ricardo Batista Leite, Moisés Ferreira e Paula Santos que foram esclarecidos pelo Dr. Vítor Herdeiro e pelo Dr. Tiago Gonçalves.

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade do Dr. Vítor Herdeiro, da Dra. Sandra Brás e do Dr. Tiago Gonçalves, tendo de seguida dado a audição por encerrada.

#### 2. Informações;

A Presidente lembrou que existem diversos pacotes de resoluções pendentes, a saber: Farmácias Comunitárias e Acesso ao Medicamento [PJL n.ºs 122/XIV (CDS-PP), 245/XIV (IL), 246/XIV (IL) e 286/XIV (PCP)], cujo texto comum ficou a cargo do IL; Anémia [PJR n.ºs 592/XIV (PS), 680/XIV (PSD) 691/XIV (PCP), 720/XIV (BE), 731/XIV (PAN)], cujo texto comum ficou a cargo do PS e Telesaúde [PJR n.ºs 1172/XIV (PSD), 1331/XIV (PS), 1341/XIV (BE), 1351/XIV (PCP)] cujo texto comum foi elaborado pelo PCP, tendo ficando acordado na reunião do dia 21 de julho que seria constituído um Grupo de Trabalho informal, composto por Deputados dos grupos parlamentares subscritores de projetos de resolução sobre esta temática, para dar seguimento a este trabalho e encontrar um texto comum consensual, tendo a Presidente feito um apelo à prossecução destes trabalhos, informando igualmente que será enviado um e-mail com

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.ª SL**

este apelo ao Deputado João Cotrim de Figueiredo, por este não ter assento na Comissão de Saúde.

A Presidente lembrou ainda a Conferência Interparlamentar, sobre o combate ao Cancro, promovida pelo Parlamento Europeu, que teve lugar na passada segunda-feira, dia 27 de setembro, informando que os serviços enviariam uma síntese sobre a mesma.

3. Aprovação da ata n.º 86 de 15 de setembro de 2021;

A ata n.º 86, de 15 de setembro de 2021 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

4. Admissão e distribuição da Petição n.º 274/XIV/2.ª - «Pelo uso do spray nasal anti-Covid em humanos»; Petição n.º 279/XIV/2.ª - «Sim à comercialização e à comparticipação de medicamento antiepilético» e Petição n.º 280/XIV/2.ª - «COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens»;

A Presidente informou que a Petição n.º 274/XIV/2.ª - «Pelo uso do spray nasal anti-Covid em humanos» tem apenas um peticionário e que tem como objeto a disponibilização para uso humanos de um *spray* nasal, que diz apresentar resultados eficazes no bloqueio do coronavírus, de acordo com experiências realizadas em furões, a pulverização do mesmo em todo o território nacional, mediante o uso de aviões da Força Aérea, e o apelo para que a Assembleia da República assuma a liderança numa iniciativa de pulverização global do referido *spray*. Após análise, verifica-se que a Petição carece de qualquer fundamento técnico-científico, médico ou clínico, não cumprindo o requisito constante da alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP), pelo que os serviços propõem o seu indeferimento liminar. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, a petição foi indeferida liminarmente, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 17.º da LEDP, devendo o peticionário único ser notificado desta decisão, conforme previsto no n.º 7 do artigo 17.º da LEDP.

A Petição n.º 279/XIV/2.ª, com o título «Sim à comercialização e à comparticipação de medicamento antiepilético», foi admitida e foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, de acordo com a grelha de distribuição, ficando aquele Grupo Parlamentar de indicar o Deputado relator.

A Petição n.º 280/XIV/2.ª, com o título «COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens», foi admitida e foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, de



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.ª SL**

acordo com a grelha de distribuição, ficando aquele Grupo Parlamentar de indicar o Deputado relator.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 11:09 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da audição realizada durante a presente reunião ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 30 setembro 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 87/XIV/ 3.º SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Francisco Rocha (PS)  
João Gouveia (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)  
Fernanda Velez (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Alves (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---